

## 50 Anos do Projecto Europeu

**Luís Filipe Lobo-Fernandes** (coordenação)

Pró-Reitor, Universidade do Minho

---

*Ultrapassar a hesitação europeia*

*A União Europeia depois do euro e do 5º alargamento: os paradoxos de um sucesso político*

Quero começar por assinalar que alguns dos problemas que temos hoje na Europa decorrem do próprio êxito do processo de integração. É imprescindível reconhecer que os sucessivos alargamentos são a principal dimensão dos sucessos da UE em política externa. Ou seja, a UE evidencia uma capacidade de atracção política única. Neste sentido, gostaria de consagrar como uma premissa desta tese este facto insuficientemente valorizado. Depois da queda do muro e do colapso da União Soviética, todos os países da Europa, sem excepção, manifestaram a sua vocação europeia e a sua vontade de partilhar desta experiência de integração sem paralelo na história do sistema internacional.

Nunca é demais lembrar que a integração política é um espaço de solidariedade e de co-desenvolvimento, é um modelo de efeitos recíprocos, é uma metodologia de paz baseada no interesse comum sustentada por decisões democráticas, que visa consolidar um espaço de liberdade de prosperidade e de bem-estar em toda a Europa. Como tal, a importância e o alcance da unificação do continente europeu são incomensuráveis. Tendo em conta esta nota inicial, penso que a pergunta que nos pode interessar é:

*Que União Europeia perante as novas exigências?*

O desígnio da integração europeia – devemos sublinhá-lo – configura uma excepção a um sistema das relações internacionais caracterizado estruturalmente por rivalidades, conflitualidade e guerra. Estes mecanismos de integração são pois, uma excepção na história moderna dos Estados. Por isso, a construção europeia é também um extraordinário exemplo de cooperação para outras áreas do globo. Diria mesmo que os europeus carregam, também por isso, uma enorme responsabilidade.

Vivemos hoje um momento de decisão: ou vamos caminhar no sentido de uma maior integração, de um aprofundamento, de maiores compromissos em matéria institucional, ou então, vamos hesitar e quedamo-nos num quadro pouco ambicioso e mais limitado.

Esta questão é especialmente importante porque entronca no problema do Tratado Constitucional e da correspondente reforma do figurino institucional. Nós temos um problema de insuficiência institucional para corresponder às necessidades dos próprios avanços da União isto é, temos, neste momento, uma “casa” com limitações que não corresponde ao ritmo e às metas entretanto atingidas, como é o caso do mercado interno, do euro e do último alargamento. Sem os ajustamentos institucionais que a nova realidade reclama continuaremos a ter uma construção acentuadamente imperfeita.

Por outro lado, também é importante referir que o ânimo necessário para avançar no domínio da integração política requer uma coesão económica mais afirmativa, isto é, uma Europa centrada na inovação, centrada em novas tecnologias, capaz de melhorar a sua produtividade. É de facto crucial assegurar a competitividade da Europa no novo cenário mundial face a outras áreas emergentes, de onde ressalta naturalmente a China e a Índia.

Há um esforço importante que é preciso fazer. A ilustração mais penosa que tivemos nos últimos tempos foi a chamada Agenda de Lisboa que falhou (a Agenda de Lisboa assenta como se sabe em quatro vectores: mais iniciativa, mais investimento e inovação, melhor coordenação, e níveis de crescimento razoáveis). E, falhou fundamentalmente porque o cumprimento dessa estratégia - que visava justamente aumentar a produtividade e criar mais condições para o emprego na União Europeia - foi deixado à inteira discrição dos Estados-membros ou seja,

faltou aquilo que não era suposto faltar que era mais coordenação a nível comunitário. Pois bem, para que essas iniciativas a nível europeu tenham eficácia é imprescindível que as instituições europeias sejam instituições fortes e intervenientes. Isso depende em grande medida de uma Comissão Europeia mais activa, mais interveniente, e não uma Comissão fraca ou secundarizada.

A Europa parece viver hoje um período de alguma desmobilização não havendo razões de fundo para isso porque, em rigor, o processo de construção da europeia é um processo de grande dinamismo marcado por êxitos importantes. E os problemas que temos na Europa seriam consideravelmente maiores se não existisse esta comunidade de Estados e de cidadãos. Estaríamos todos com certeza bem piores na ausência deste instrumento de coordenação de vontades, e mesmo aquilo que são problemas reais na vida das pessoas, como por exemplo o desemprego, presumivelmente seria mais acentuado se não tivéssemos esta base institucional e esta capacidade de reflectir em conjunto os problemas, de os resolvermos em conjunto, partilhando recursos e mobilizando energias.

É necessário, pois, assegurar que a energia política da União Europeia não se perca, sob pena de entrarmos numa crise grave no momento histórico do maior alargamento. Uma situação que seria contraditória com o tempo que estamos a viver, numa altura em que é preciso, antes, pôr os mecanismos de integração a funcionar.